



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE  
CURSO DE PSICOLOGIA**

**NICOLAS FRANÇOIS COHEN**

**AS MÚLTIPLAS DETERMINAÇÕES DO TRABALHO DE  
EDUCADORAS EM SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL  
PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES (SAICAS)**

**SÃO PAULO**

**2021**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE**  
**CURSO DE PSICOLOGIA**

**NICOLAS FRANÇOIS COHEN**

**AS MÚLTIPLAS DETERMINAÇÕES DO TRABALHO DE  
EDUCADORAS EM SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL  
PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES (SAICAS)**

Trabalho de Conclusão de Curso como exigência parcial para graduação no curso de Psicologia, da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

**Orientador:** Prof. Dr. José Agnaldo Gomes.

**SÃO PAULO**

**2021**

À Carmela, cuja presença é absoluta.

## AGRADECIMENTOS:

O término deste trabalho e do ciclo universitário representam o início da despedida de um processo longo e transformador que a faculdade me proporcionou. Não seria possível concluir esta etapa da minha vida sem o apoio de pessoas imprescindíveis e que ajudaram em muitos momentos marcantes. É um prazer imenso reconhecer a presença viva de cada uma delas ao longo deste percurso: me sinto muito orgulhoso e potente de poder compartilhar minha trajetória com pessoas tão queridas.

Agradeço à minha mãe, Mônica, que é a definição de acolhimento. Por colocar no meu mundo a leveza e o companheirismo necessários para trilhar meus caminhos. Com ela aprendi a importância de estar perto de quem amamos e de festejar os bons momentos.

Ao meu pai, Pierre, que me ensinou a aprender e a nunca deixar de me maravilhar com o mundo. Agradeço por todo carinho e incentivo. Com ele, aprendi a fugir do óbvio, mas a defendê-lo quando necessário.

Ao meu irmão Luca, minha referência desde que me conheço por gente. Com ele aprendi a brincar e a ousar. Agradeço pelas provocações, ensinamentos e, principalmente, por tantos momentos de descontração.

À minha irmã Victória, pela sua marca no mundo, pela incessante companhia nas encruzilhadas da vida. Por ser sempre, ao mesmo tempo, ternura e irreverência, e pela serenidade que seu sorriso me passa.

Ao Cartola, pela ligação que temos e pela alegria que ele me traz.

À minha família como um todo, Backup's e Cohen's, primos, primas, tios e tias. Pelo amor, pelas risadas e pelo apoio incondicionais. À minha avó Vera, pela doçura e por me mostrar o que é a solidariedade.

À Helena, definição de companheirismo. Por me mostrar que a vida é movimento, luta e amor, e por resgatar em mim a paixão pelas miudezas e pelos acontecimentos da vida cotidiana. A intimidade que temos é muito valiosa para mim.

Às amigadas tantas que me tornam quem sou e constroem, comigo, um mundo de afetos. Agradeço aos meus colegas da turma MB: viver a graduação foi mais leve com a companhia de vocês. Hoje percebo que somos “Caçadores” de sentidos, das trocas e dos afetos. Agradeço, em especial, à Catita, Mariá, Raquel e Helena, amigas incríveis que me ensinaram tanto. Admiro muito quem vocês são e a amizade que cultivamos, repleta de generosidade, humor, festa e amor. Agradeço também à Lora e Mari, que apareceram no meio do caminho e se tornaram grandes referências de carinho. À Ana, pelas ancoragens e pela companhia nesse último ano de graduação.

Agradeço às colegas do PET: a feira de Economia Solidária no ENABRAPSO e nossa viagem à Assis foram das mais gostosas experiências nesses anos. Foi também nesse grupo que me aventurei pelo tema dos SAICAs e onde fui construindo a Psicologia que defendo.

Aos amigos da Ala Loucos Pela X, por me apresentarem o sentido da coletividade. Conhecer-los foi uma experiência transformadora e desfilar ao lado de vocês é uma das melhores recordações que carrego.

Às tantas pessoas queridas do colégio, dos espaços de trabalhos e estudos, dos sambas e das noites, por lembrar que a vida é a arte do encontro. Estar com vocês me faz ser quem sou.

Gostaria de agradecer também às minhas professoras, que me ajudaram a pensar criticamente, a me encontrar no campo da Psicologia Social e me reconhecer nessa ciência e profissão tão desafiadora que é a Psicologia. Agradeço, em especial, à Cris Andrada, à Graça Gonçalves, à Bia Brambilla, à Renata Paparelli, à Ruth Gelehrter e à Kátia El Id. Cabe um destaque à Andréia Garbin, que, além de todos os ensinamentos nesse percurso, topou fazer o parecer desta pesquisa. É um privilégio poder aprender e estar junto de pessoas tão brilhantes. À vocês, tenho profunda admiração.

Por fim, agradeço ao meu orientador, Agnaldo, por embarcar nessa jornada comigo. Obrigado por sustentar esse projeto, pela confiança e pelo incentivo. Você é uma grande referência para mim, como professor e como pessoa.

“Talvez nos esborrachemos. Talvez saíamos voando. Não temos como saber se vai dar certo - o verdadeiro encontro só se dá ao tirarmos os pés do chão. Mas a vida não tem nenhum sentido se não for para dar o salto.”

Antônio Prata

“Vivemos,  
Estamos vivendo,  
Lutando pra justificar nossas vidas.”

Paulinho da Viola

## RESUMO

COHEN, Nicolas François. **As Múltiplas Determinações do Trabalho de Educadoras em Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICAs)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Psicologia) - Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), São Paulo, 2021.

A presente pesquisa pretende ampliar algumas concepções, especificidades, e particularidades do trabalho de educadoras em Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICAs). O objetivo central desta investigação foi analisar as condições de trabalho e as dimensões afetivas envolvidas nessa atividade, com a ótica do campo da Saúde Mental Relacionada ao Trabalho. Para tal, foi realizada uma revisão sistemática de literatura em que foram lidos 9 artigos que englobassem o trabalho de educadoras de SAICAs como tema. A leitura e análise desses textos possibilitaram discutir algumas questões relativas ao trabalho delas, seja sobre as atribuições prescritas, o cotidiano de trabalho, o estabelecimento de vínculos com os jovens em situação de acolhimento, a dimensão afetiva e as exigências subjetivas envolvidas no trabalho, com destaque para os tensionamentos vivenciados por essas profissionais. Constatou-se a necessidade em se voltar o olhar para a identidade profissional e os processos de desgaste dessas trabalhadoras, que assumem profissionalmente um lugar de referência afetiva constante no acompanhamento diário dos jovens acolhidos.

**Palavras-chave:** SAICA; Acolhimento Institucional; Educadoras; Cuidadoras; Saúde Mental Relacionada ao Trabalho.

## **LISTA DE SIGLAS**

CCA - Centro para Crianças e Adolescentes

CFP - Conselho Federal de Psicologia

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CRAS - Centro de Referência da Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado da Assistência Social

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

MROSC - Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONG - Organização não Governamental

OSC - Organização da Sociedade Civil

PET - Programa de Educação Tutorial

PNCFC - Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária

PUC/SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

SAICA - Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes

SMRT - Saúde Mental Relacionada ao Trabalho

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUS - Sistema Único de Saúde

## SUMÁRIO

<b>1. Introdução.....</b>	<b>p. 10</b>
<b>2. Breve Histórico do Acolhimento Institucional no Brasil.....</b>	<b>p. 13</b>
<b>3. O campo da Saúde Mental Relacionada ao Trabalho.....</b>	<b>p. 21</b>
<b>4. Método.....</b>	<b>p. 24</b>
<b>5. Resultados e Discussão.....</b>	<b>p. 26</b>
5.1. As condições de trabalho em SAICAs.....	p. 26
5.2. A Dimensão Afetiva e as exigências subjetivas no trabalho.....	p. 33
<b>6. Considerações Finais.....</b>	<b>p. 42</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>p. 44</b>

## 1. Introdução

Entre o primeiro semestre de 2019 e o final do ano de 2020, participei de um projeto de extensão pelo grupo *PET Psicologia - Subjetividade e Direitos Humanos* da PUC/SP, no qual foi desenvolvida uma parceria com dois Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICAs) situados na Zona Leste de São Paulo.

De forma resumida, um SAICA é um:

Serviço que oferece acolhimento, cuidado e espaço de desenvolvimento e socioeducação para grupos de crianças e adolescentes de 0 a 18 anos incompletos sob medida protetiva de abrigo. Entidade que desenvolve programa de acolhimento institucional, oferecendo atendimento especializado e funcionando como moradia provisória até que seja viabilizado o retorno à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para família substituta. (...) O ambiente oferecido deve ser acolhedor e ter aspecto semelhante ao de uma residência; deve ser mantido um corpo de profissionais capacitados para o exercício das atividades de acompanhamento das crianças, dos adolescentes e de suas famílias (NECA, s/d, p.3).

O projeto teve como objetivo a criação de um dispositivo de cuidado voltado a trabalhadores(as) desses SAICAs, com encontros semanais ao longo desses dois anos. Foi formado um espaço coletivo de reflexão e troca contínua que englobasse questões relativas ao cotidiano de trabalho, suas fontes de desgaste e os sentidos empregados nesse exercício. Ao longo dos encontros, procurou-se fazer com que essas reflexões acontecessem a partir da compreensão dos modos de se fazer o trabalho e das estratégias utilizadas no cotidiano dos SAICAs.

Nos SAICAs, as crianças e adolescentes que lá estão acolhidos provisoriamente, convivem com pessoas as quais não têm vínculos prévios, em uma rotina diferente da que era vivida. No serviço há uma equipe para garantir o cuidado e proteção a esses jovens: educadores, equipe técnica, gerência e equipe operacional.

Foi na experiência com essas equipes que tive uma profunda relação com a perspectiva da Psicologia Social do Trabalho e, através dela, com o campo de estudo da Saúde do Trabalhador. Nela foi possível refletir sobre questões pertinentes à complexidade do trabalho em SAICAs e

sua relação com as contradições do mundo do trabalho. Essas instituições envolvem múltiplas determinações e contradições, pois estão articuladas com outros serviços da rede pública, seguem as diretrizes da assistência social e são dispositivos de enfrentamento às desigualdades sociais, dentro de um contexto de precarização e sucateamento das políticas públicas. Ao mesmo tempo, o trabalho em SAICAs envolve muitas tarefas cotidianas em várias dimensões, como mediar processos educacionais, cuidar dos jovens em várias esferas, questões afetivas e identitárias, trabalhar simultaneamente com grupidades e singularidades, entre tantas outras questões.

É importante reconhecer a complexidade desse trabalho e como a experiência destes profissionais precisa ser pensada com maior profundidade. Pereira (2008), em sua pesquisa, visou levantar junto da equipe de um SAICA os problemas de seu cotidiano e do cuidado com as crianças e adolescentes da casa. Os depoimentos evidenciaram o sofrimento, intensidade e por vezes precariedade do trabalho em um SAICA. A autora nos conta que:

Durante os encontros foi possível verificar que o grupo se envolve emocionalmente com os abrigados e não tem suporte para lidar com seus sentimentos. Os resultados são marcas tanto nos trabalhadores quanto nas crianças abrigadas. Eles relatam que se apegam às crianças durante o abrigo e levam um “choque” no momento da saída da instituição. Esse “choque” também é comum nas crianças em função da grande rotatividade dos funcionários. (...) Percebemos que os temas geradores levantados pelos trabalhadores denunciam as dificuldades encontradas, seus sentimentos pelas crianças e a vontade de aprender para modificar o ambiente de trabalho e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida dos abrigados, familiares e também a situação social do município no que diz respeito à violência infantil. (PEREIRA, 2008, p.112-113)

Já na pesquisa de Carvalho et al. (2015), buscou-se investigar, através da percepção de três educadores sociais de instituições de acolhimento, a forma como o cuidado subjetivo se apresenta em seu cotidiano de trabalho. Os autores, ao final do estudo, sugerem o desenvolvimento de futuros estudos que aprofundem as vivências pessoais dos educadores sociais, uma vez que os dados revelaram a grande importância das decisões e da disponibilidade pessoal do monitor no cuidado das crianças e dos adolescentes.

Os participantes comentam que tal contexto leva a exaustão emocional, corroborando dados de estudos prévios. Pesquisa de Hahn Mary e Carlotto (2008) identificou que quanto maior o tempo de trabalho em instituições de acolhimento, mais sentimentos de exaustão emocional e distanciamento acometem os educadores sociais. Nesse aspecto, remete-se a importância de cuidar dos cuidadores, destacando-se a essencialidade do trabalho multidisciplinar e, especialmente, do psicólogo (CARVALHO *et al.*, 2015, p.60).

Pensando na essencialidade do papel da equipe de profissionais no âmbito do Acolhimento Institucional, nas demandas cotidianas e sua relação com a exaustão e sofrimento destes, é de suma importância compreender esses processos de trabalho.

Dada a relevância da experiência com o grupo PET para a minha formação e as incessantes reflexões acerca do trabalho no Serviços de Acolhimento, optei por aprofundar essa temática transformando-a no objeto de investigação do meu Trabalho de Conclusão de Curso. A presente pesquisa busca ampliar algumas concepções sobre o trabalho nesses serviços, tomando como ponto de partida essa experiência prévia. Ela busca compreender algumas especificidades e particularidades desse tipo de trabalho, sendo uma tentativa de compreender os sentidos e significados do trabalho em SAICAs a partir de pesquisas que abordassem, de forma central ou secundária, as percepções das próprias educadoras de SAICA sobre o trabalho.

O objetivo central dessa exploração é compreender como se configuram as relações nesses espaços, quais são as possibilidades de atuação profissional frente às demandas do dia a dia de forma mais ampla, como seu fazer profissional se configura na prática para além das orientações técnicas e oficiais, para assim se compreender o trabalho real, ressaltando as dificuldades e sofrimentos destes profissionais, mas também suas potências.

O texto foi organizado de modo que no início, há um breve histórico do acolhimento institucional no Brasil, envolvendo alguns marcos legais da institucionalização de jovens no país e as transformações nas políticas voltadas aos direitos de crianças e adolescentes, com um panorama das regulamentações dos SAICAs, principalmente sobre o modo como esse equipamento está prescrito pelo SUAS e pelo ECA. Na sequência, há a apresentação do campo teórico da Saúde Mental Relacionada ao Trabalho, bem como o método que norteia essa investigação. A sequência da pesquisa é destinada à apresentação e discussão dos resultados.

## 2. Breve Histórico do Acolhimento Institucional no Brasil

A história do Acolhimento Institucional no Brasil, desde seus primórdios, é profundamente marcada pelos abismos da desigualdade social e pelos preconceitos de classe e raça, que permanecem fortemente vivos na atualidade.

O processo de institucionalização das crianças e adolescentes no Brasil remete ao período colonial, com a prática da “roda dos expostos”, utilizada como mecanismo para encaminhar bebês que, por algum motivo, não pudessem ser criados por seus progenitores:

(...) o nome roda se refere a um artefato de madeira fixado ao muro ou janela do hospital (principalmente as Santas Casas de Misericórdia, seguindo a tradição Portuguesa), no qual era depositada a criança, sendo que ao girar o artefato a criança era conduzida para dentro das dependências do mesmo, sem que a identidade de quem ali colocasse o bebê fosse revelada. (SANTOS, 2013, p. 2-3)

Durante mais de um século, a roda dos expostos foi praticamente a única instituição de assistência à criança “abandonada” em todo o Brasil (SANTOS, 2013). Com o passar dos anos, diversas mudanças na legislação foram construindo pouco a pouco a garantia de direitos dessa população.

No Brasil República, a infância passou a ser revista e colocada sob a imagem da criança como herdeira do novo regime que se estabelecia. Foi a partir desse regime que o uso do termo “menor” começou a vigorar, estando a criança ainda submetida ao abandono e à violência. Após um grande período de denúncias regulares, foi apenas em meados de 1970 que o enfrentamento das velhas práticas e políticas que versavam sobre a infância começou a acontecer (SANTOS, 2013).

A partir dos anos 1970, começam a surgir os movimentos de redirecionamento da política de atenção à criança e ao adolescente. Embora forças conservadoras se esforçassem para manter as estruturas que sustentavam o modelo de instituição fechada do tipo assistencial/repressivo, movimentos de mudança passaram a exigir modificações neste sistema de atendimento. Acompanhando o movimento de abertura política que ocorreu nos anos 1980 e culmina com a nova constituição de 1988, surgem movimentos sociais pelos direitos da criança, e entidades

não-governamentais prestadoras de atendimento se articulam e se somam ao movimento constituinte.

O momento histórico de transição política rumo ao processo de redemocratização do país trouxe, em relação à institucionalização, contribuições para a conscientização da necessidade de mudanças, impulsionadas por fatores como: presença de movimentos sociais organizados, com manifestação e participação popular no período pós-ditadura; estudos e debates que ressaltavam as consequências da institucionalização sobre desenvolvimento das crianças e adolescentes; elevados custos para manutenção dos internatos, dentre outros (ROSSETTI-FERREIRA; SERRANO; ALMEIDA, 2011, p.39).

De acordo com Baptista (2006), a movimentação de diferentes grupos possibilitou a criação do Fórum Permanente de Defesa da Criança e do Adolescente (Fórum DCA), em que eram discutidas questões relativas à inexistência de políticas públicas de atendimento, à democratização precária das instituições e à necessidade de reverter o quadro de abandono deste segmento da população. Esse fórum, então, organizou-se em torno da necessidade de inclusão, na nova Constituição, de cláusulas que garantissem uma nova legislação para essas crianças e esses adolescentes. As pressões possibilitaram a inclusão de artigos específicos na Constituição Federal de 1988 (artigos 226 a 230).

Gestava-se assim o movimento pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o maior avanço na atenção integral e na garantia de direitos dessa população, pois foi possível criar um sistema de sistema de justiça para a infância e a juventude. O ECA instituiu os direitos fundamentais e a proteção à criança e ao adolescente, exigindo a responsabilidade da família, da sociedade e do Estado de garantir, como prioridade absoluta, todos os seus direitos inerentes. Como sujeitos de direitos, deve ser assegurado que a criança e o adolescente devem ficar a salvos de todo tipo de negligência, discriminação, violência e opressão.

Art. 227 É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1998)

Através das entidades conselheiras (Conselho Municipal e Conselho Tutelar) e de curadoria (Juizes da Vara da Infância e Juventude e Juizes de Direito), foi possível destacar o direito à convivência familiar e comunitária que “prevê o fim da institucionalização arbitrária de crianças e adolescentes, como era prática em décadas anteriores” (SILVA, 2004, apud SANTOS, 2013, p.04).

A política de Assistência Social data do final da década de 1990, pela instauração da Constituição de 1988, e é uma tentativa do remendo de direitos da população como um todo, instituída nesse contexto de um país extremamente desigual. Dessa forma, notamos como a desigualdade social, o racismo estrutural e o patriarcado se encontram expressos pelo direcionamento da política de Assistência Social, que atende em sua grande maioria mulheres, crianças e adolescentes negras/os. Tal estrutura desigual tem sua manutenção garantida por meio do histórico de políticas assistencialistas no país, que é realizada principalmente pelas igrejas e ONGs. A política pública de assistência social surge no sentido de tentar superar as ações assistencialistas e combater a desigualdade.

O SUAS surge como um direito de todo cidadão e está presente em todo o Brasil. Seu objetivo é garantir a proteção social aos cidadãos, ou seja, apoio a indivíduos, famílias e à comunidade no enfrentamento de suas dificuldades, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos. Com um modelo de gestão participativa, o SUAS articula os esforços e os recursos dos municípios, estados e União para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social.

Portanto, compreende-se o SUAS como um importante avanço político no sentido da garantia de direitos e superação das desigualdades. Explicamos, a seguir, mais sobre o funcionamento dessa política. Sua gestão se organiza por quatro tipos diferentes: da União, do Distrito Federal, dos estados e dos municípios.

As responsabilidades da União passam principalmente pela formulação, apoio, articulação e coordenação de ações. Os estados, por sua vez, assumem a gestão da assistência social dentro de seu âmbito de competência, tendo suas responsabilidades definidas na Norma Operacional Básica. No caso da gestão municipal e do Distrito Federal, são possíveis três níveis de habilitação ao Suas: inicial, básica e plena. (Governo federal).

Dentre os serviços e programas, ressaltamos que a política de assistência deve oferecer “um conjunto de serviços para garantir que o cidadão não fique desamparado quando ocorram situações inesperadas, nas quais a sua capacidade de acessar direitos sociais fica comprometida”, sendo relacionadas a vários fatores, como:

À idade da pessoa, ou quando algum membro da família depende de cuidados especiais, se envolve com drogas ou álcool, perde o emprego, se envolve em situações de violência, os membros da família se distanciam ou quando há algum desastre natural na comunidade.

Pautando a garantia de direitos da criança e do adolescente, preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), dentre as unidades de acolhimento, há os abrigos institucionais, os quais, dentre eles, realizam atendimentos para pessoas ou grupos de crianças, de jovens, visto o pressuposto de que são *sujeitos de direitos*.

A palavra sujeito traduz a concepção de criança e adolescente como indivíduos autônomos e íntegros, dotados de personalidade e vontade próprias, que, na sua relação com o adulto, não podem ser tratados como seres passivos, subalternos ou meros ‘objetos’, devendo participar das decisões que lhes digam respeito, sendo ouvidos e considerados em conformidade com suas capacidades e grau de desenvolvimento. (BRASIL, 2006, p. 28.)

A partir do ECA e sua nova proposta de compreensão da criança e do adolescente, redimensionou-se toda a rede de atendimento e amparo oferecido, formada pela família, escola, saúde e assistência social. Os novos paradigmas na política social promoveram o reordenamento das instituições e profissionalização dos serviços de acolhimento.

O reordenamento institucional se constitui em um novo paradigma na política social que deve ser incorporado por toda a rede de atendimento do país. Reordenar o atendimento significa reorientar as redes pública e privada que, historicamente, praticaram o regime de abrigamento, para se alinharem à mudança de paradigma proposto. Este novo paradigma elege a família como a unidade básica da ação social e não mais concebe a criança e o adolescente isolados de seu contexto familiar e comunitário. (BRASIL, 2006, p. 67).

O processo de municipalização dos serviços de acolhimento da criança e do adolescente estabeleceu novas práticas aos profissionais desse serviço, no atendimento territorializado e

personalizado a cada uma das crianças e adolescentes, no olhar crítico a um projeto técnico de atendimento e na efetivação da proposta do direito à convivência familiar e comunitária. Junto da municipalização surgiram, também, as OSCs, que são parcerias público-privadas, nas quais o dinheiro é público e a administração do serviço é feito por uma instituição privada. Esse processo, por vezes entendido como uma forma de privatização dos serviços, ocorre expressivamente na cidade de São Paulo.

Dada a transformação das significações dadas à criança e ao adolescente, o modelo vigente de cuidado também se altera: as grandes instituições foram dando lugar para pequenas casas de acolhida, as quais devem ter como princípios:

As entidades que desenvolvam programas de acolhimento familiar ou institucional deverão adotar os seguintes princípios: a) Preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar; b) Integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa; c) Atendimento personalizado e em pequenos grupos; d) Desenvolvimento de atividades em regime de coeducação; e) Não desmembramento de grupos de irmãos; f) Evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados; g) Participação na vida da comunidade local; h) Preparação gradativa para o desligamento; i) Participação de pessoas da comunidade no processo educativo (BRASIL, 1990).

Hoje, os Serviços de Acolhimento Institucional para a Criança e o Adolescente (SAICAs) atuam segundo algumas diretrizes fundamentais. Assim, pode-se ter uma ideia parcial acerca do modo de seu funcionamento: o equipamento caracteriza-se por prestar um serviço de acolhimento provisório e excepcional para crianças e adolescentes de qualquer sexo, de zero a dezessete anos e onze meses, inclusos sujeitos com qualquer grau e ordem de deficiência que encontrem-se sob medida de proteção do Estado, podendo estar em situação de risco pessoal, social e de abandono, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de exercer a função que vos cabe enquanto prestadores de cuidado e proteção. No caso de crianças e adolescentes que tenham parentesco, devem ficar na mesma unidade com o objetivo de assegurar a proteção integral ao jovem. (Portal da Prefeitura de São Paulo - Assistência e Desenvolvimento Social, 2018)

O Conselho Tutelar verifica, a partir de denúncias anônimas, o contexto em que a criança e o adolescente estão. A partir da constatação de uma vivência extremamente vulnerável, muitas vezes relacionado ao desemprego da família, negligência familiar e falta de moradia, a guarda desse sujeito, que antes era dos pais, passa a ser do Estado. A criança e o adolescente são afastados do seu cotidiano familiar e levados para um Serviço de Acolhimento Institucional da Criança e do Adolescente (SAICA), o qual é uma medida provisória e excepcional e tem o objetivo de reinserção familiar.

Dentre as modalidades atuais de serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e/ou violência, destacamos alguns: Abrigo Institucional, Casa Lar, Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, República, entre outros.

É fundamental que as unidades do serviço contem, em suas estruturas, com um ambiente acolhedor que forneça materialmente os artigos fundamentais para bom desenvolvimento e saúde de seus moradores. Além disso, é fundamental promover a constante inserção das crianças e adolescentes no meio social, tornando-os membros ativos de sua comunidade. Por conta disso, cabe ao serviço não distanciar os sujeitos geográfica e sócio-economicamente de sua comunidade de origem, promovendo ainda um ambiente com caráter físico semelhante ao de uma residência, permitindo o conforto e sentimento de pertencimento de seus usuários ao local.

O atendimento prestado deve se dar de maneira personalizada, em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local. Grupos de crianças e adolescentes com vínculos de parentesco devem ser atendidos na mesma unidade. O acolhimento será feito até que seja possível o retorno à família de origem ou extensa ou colocação em família substituta. (Portal da Prefeitura de São Paulo - Assistência e Desenvolvimento Social, 2018, p.122)

O acesso ao SAICA se dá por meio de intermédio legal, seja via determinação do poder judiciário ou por requisição do Conselho Tutelar<sup>1</sup>. A administração dos espaços se dá por organizações sem fins lucrativos, podendo ser cedidos, próprios ou locados, por meio das já citadas parcerias público-privadas. As casas devem conter características residenciais, que

---

<sup>1</sup> Neste último a autoridade competente deverá ser comunicada conforme previsto no art. 93 do ECA.

incluem a não colocação de qualquer placa de natureza institucional, bem como a garantia do sigilo em relação ao endereço e usuários, promovendo assim a integridade do público atendido, que pode chegar a até vinte crianças e adolescentes, podendo aumentar para vinte e dois o número de vagas, em períodos de baixas temperaturas.

No livro *Acolhimento Institucional na perspectiva da criança* (ROSSETTI-FERREIRA; SERRANO; ALMEIDA, 2011), em capítulo referente à contextualização do campo do Acolhimento Institucional, evidencia-se como a história brasileira é marcada pela institucionalização da infância “pobre” desde seus primórdios, o que deixou uma herança histórica e cultural que ainda exerce influência na atualidade: a herança de culpabilizar as famílias empobrecidas através da concepção da incapacidade dessas famílias para educar e cuidar dos filhos, ignorando as mazelas sociais às quais são submetidas.

Assim, verifica-se que o Brasil é um país com tradição de atendimento institucional a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, tradição essa historicamente forjada pela desqualificação da parcela da população a que pertencem, em sua grande maioria pobre e procedente de etnias não brancas. Instituições religiosas e filantrópicas e, mais tarde, a própria ação estatal esforçaram-se para promover a adaptação dessa população aos padrões considerados "aceitáveis". Porém, essa estratégia não conferiu a essas pessoas condições de igualdade e inclusão; pelo contrário, reforçou a ideia de sua preconcebida incapacidade para a plena inserção na sociedade, o que, de certa forma, tornava natural a sua condição de subalternidade (ROSSETTI-FERREIRA, SERRANO e ALMEIDA, 2011, p.41-42).

De acordo com o documento *“Reordenamento das vagas nos Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes”*, de Dezembro de 2015, do município de São Paulo, em SAICAs Regulares a distribuição por raça/cor é a seguinte: 22% preto, 37% pardo, 10% sem informação e 31% branco; nos SAICAS de Acolhimento Inicial, 17% preto, 35% pardo, 29% sem informação e 19% branco. Os números são gritantes: a porcentagem de brancos é extremamente baixa se comparada com a soma de pretos e pardos (considerando também a problemática da alta porcentagem de “sem informação”). Pensando sobre essas terminologias, segundo Eurico (2018), preta e parda, entendidas como cores, correspondem às construções sociais, assim como as outras categorias, e o IBGE as adota para classificar a população negra no Brasil. A uniformização das cores é relevante, pois permite que as

desigualdades étnico-raciais possam ser comparadas em diversas pesquisas de instituições diferentes.

Na pesquisa de Eurico (2018), que pautou o racismo institucional no cotidiano de crianças e adolescentes negras(os) acolhidos(as), a pesquisa que buscou analisar como se materializa o racismo institucional no cotidiano dessas crianças e adolescentes negros(as) e o quanto esta prática guarda profunda relação com as formas legitimadas de controle de corpos negros no período da escravidão no Brasil. A autora afirma que:

Se o cotidiano é lugar de reprodução de práticas refletidas e carregadas de ideologia, os serviços de acolhimento institucional também incorporam estas práticas que reproduzem o racismo institucional, sem constrangimentos, porque representam o Estado que se colocou no eminente papel de guardião da infância e da adolescência "pobres". O público-alvo dos serviços de acolhimento institucional tem história, tem classe social e tem raça/cor e a tarefa prioritária é fazer emergir essa história para que se possa conhecer a essência do fenômeno de acolhimento como mais uma manobra do capitalismo de controle sobre a classe trabalhadora. O silêncio ou as lacunas deixadas por práticas indiferenciadas favorecem a criação de fantasias acerca do porquê eles estão ali, bem como a revolta e a transferência de culpa para as famílias, concebidas como incapazes de proteger, amar e cuidar. Em um país marcado pela alta concentração de renda nas mãos de uma parcela minoritária da sociedade e cuja redistribuição de renda, via serviços e políticas públicas, é vexatória, é fácil entender por que os serviços de acolhimento tem esse perfil. (EURICO, 2018, p.189-90).

O reconhecimento de tal realidade é essencial para a não culpabilização desses jovens e de suas famílias e para não se individualizar e internalizar um problema coletivo, que diz respeito a toda a história de um país.

### 3. O campo da Saúde Mental Relacionada ao Trabalho

A presente pesquisa tem como base o referencial teórico da Saúde Mental Relacionada ao Trabalho (SMRT). O documento *Saúde do Trabalhador no âmbito da Saúde Pública: Referências Técnicas para atuação da(o) psicóloga(o)*, organizado pelo Conselho Federal de Psicologia (2019), apresenta o campo teórico metodológico da Saúde do Trabalhador, introduzindo a construção de algumas práticas e seus marcos legais na realidade brasileira desde os anos 1980. Os campos da saúde coletiva, da Medicina Social Latino-Americana e da Saúde Pública forneceram as bases para essa área do conhecimento, ao produzir novas concepções sobre o processo saúde-doença, sobre os processos e as relações de trabalho e possibilidade de ações e intervenções pautadas na realidade social dos trabalhadores.

De acordo com Paparelli, Sato e Oliveira (2011),:

“O campo da Saúde do Trabalhador emerge como um discurso contra-hegemônico – campo de práticas teóricas (geração de conhecimentos) e práticas político-ideológicas (visando à superação das relações de poder) – no contexto do ressurgimento do movimento sindical no Brasil, no final da década de 1970. Constituído pelos vetores da produção acadêmica, da programação em saúde na rede pública e pelo movimento dos trabalhadores, busca compreender a *determinação do processo saúde-doença*, privilegiando o trabalho. Nesse modo de entender a relação saúde-doença e trabalho, o *trabalhador comparece como sujeito*, ao lado de saberes acadêmicos e de profissionais da saúde, na luta pela transformação dos processos de trabalho, ‘visando a resgatar o real *ethos* do trabalho: libertário e emancipador’”. (PAPARELLI, SATO E OLIVEIRA, 2011, p. 121)

De forma geral, o campo da Saúde do Trabalhador parte de uma crítica a certas concepções da Saúde Ocupacional e da Medicina do Trabalho, cujas práticas são pautadas muitas vezes para operar como ferramentas de gestão da força de trabalho, com vistas à busca de eficiência, produtividade e lucratividade. De forma crítica, o campo da Saúde do Trabalhador passa a compreender a saúde a partir de seus determinantes sociais.

A autora Seligmann-Silva (2011) também mostra como a Saúde Mental Relacionada é um campo interdisciplinar, pois envolve conhecimentos da psicologia social, da psicossomática,

da ergonomia, da sociologia, da economia, da medicina, da epidemiologia, das neurociências, entre outras áreas. Esse campo visa analisar os fenômenos de forma integral, com uma postura crítica, a partir das vivências e dos saberes dos trabalhadores.

De acordo com Oliveira (2014):

o interesse em conhecer o trabalho real, o valor conferido aos conhecimentos dos trabalhadores e a sensibilidade às dimensões micropolíticas do cotidiano. (OLIVEIRA, 2014, p. 41)

Esse campo está presente em qualquer tipo de atividade de trabalho, seja formal ou informal, que possa conter riscos à saúde e à segurança dos trabalhadores. Esses campos consideram a articulação de várias áreas do conhecimento como uma forma viável de analisar e relacionar os processos de adoecimento de trabalhadores com as condições do trabalho. As formas de organização do trabalho, assim, passam a ser uma categoria teórica de estudos.

De forma geral, segundo as Referências Técnicas do CFP (2019):

A Saúde do Trabalhador, portanto, propõe uma nova forma de compreensão das relações entre trabalho e saúde e novas práticas de atenção à saúde dos trabalhadores e de intervenção nos ambientes de trabalho. Busca-se, sobretudo, compreender a ocorrência dos problemas de saúde à luz das condições e dos contextos de trabalho, tendo em vista que medidas de promoção, prevenção e vigilância deverão ser orientadas para mudar o trabalho. (Conselho Federal de Psicologia, 2019, p. 23)

Entre as raízes do campo da Saúde do Trabalhador, Minayo-Gomez e Thedim-Costa (1997) apontam a influência dos princípios da Saúde Coletiva, da Medicina Social latino-americana, da Medicina Preventiva e da Saúde Pública. Esses movimentos foram de suma importância para criticar a modelo de saúde vigente nos anos 1960 e 1970, que tinha forte inspiração no modelo médico de viés hospitalocêntrico. A proposta um modelo epidemiológico no processo de saúde-doença foi de suma importância para o reconhecimento de um caráter social e multideterminado nas próprias concepções de *saúde e doença*. (cf. Jacques, 2003)

Nesse sentido, esse campo questiona o modo como a OMS define o conceito de saúde – “um estado de bem-estar biopsicossocial”. Em primeiro lugar, pelo fato de ser impossível definir

ou alcançar um *estado* de pleno bem-estar. Além disso, um *estado* de saúde ou um *estado* de doença pressupõe estabilidade. Entretanto, os indivíduos estão em constante movimento, em transformações e mudanças. Segundo Paparelli, Sato e Oliveira (2011):

A perspectiva da *Saúde do Trabalhador* parte da concepção de que a saúde configura-se como um processo e não um estado, sendo que o mais importante nesse processo é o ser humano ali comparecer como sujeito, como alguém com condições e instrumentos para interferir naquilo que lhe causa sofrimento. Essa perspectiva considera os indivíduos em sua diversidade (são diferentes uns dos outros) e variabilidade (são variáveis com relação a si mesmos conforme os diversos momentos pelos quais passam no decorrer de sua existência). As possibilidades de ação no mundo, de intervenção na realidade remetem aos contextos de vida, especialmente ao trabalho e, no interior dessa esfera, à organização do trabalho, divisão das pessoas e das tarefas, divisão do poder de intervir nos contextos de trabalho de modo a torná-los articulados ao processo de saúde. (PAPARELLI, SATO E OLIVEIRA, 2011, p. 122)

A área de conhecimento da SMRT considera o processo de saúde-doença como fruto de múltiplas determinações. Por esse motivo, a SMRT visa questionar a ideologia simplificadora de responsabilização e culpabilização dos indivíduos e de suas características como os únicos elementos relevantes no processo de adoecimento. Segundo Edith Seligmann-Silva (2011), essa área busca:

(...) uma visão integradora de aspectos ambientais, psicossociais e intrapsíquicos, abrangendo contextos de trabalho, relações de poder e impactos mentais que atingem, entrelaçadamente, a inteligência e a afetividade (sentimentos e emoções). A concepção de desgaste mental permitiria, assim, entender as fontes e a articulação entre diferentes processos que acarretam o desgaste mental em suas três dimensões: orgânica, funcional e relativa à vida mental, isto é, à subjetividade. Aponta a necessidade de se escapar das armadilhas reducionistas, como as interpretações que enfatizam fatores e não enxergam os processos que engendram desgaste e adoecimento. Sugere, ainda, que se tente integrar as diferentes correntes em busca de metodologias que consigam auxiliar na compreensão dos inúmeros prismas das situações. (SELIGMANN-SILVA, 2011)

#### 4. Método

Inicialmente, a ideia desse Trabalho de Conclusão de Curso era discutir as questões relativas ao trabalho em SAICAs dentro de um formato de investigação em campo. Ao longo do percurso, foi cogitada a ideia de realizar entrevistas com algumas trabalhadoras de Serviços de Acolhimento, como uma forma de referenciar a pesquisa a partir dos discursos delas. Entretanto, com receios de submeter o projeto de pesquisa no Comitê de Ética e não haver tempo hábil para a realização do trabalho, optou-se pela utilização de outros recursos.

Uma forma de contornar essa situação foi investigar as publicações que já estudavam o trabalho dessas cuidadoras. Diante da impossibilidade de realizar entrevistas, foram buscadas produções que já haviam sido publicadas acerca dessa temática que traziam como um dos pontos de discussão o trabalho de cuidadores residentes ou mães sociais, seja de maneira central ou secundária.

Foi realizado levantamento e leitura de textos disponíveis na literatura. Por tratar-se de uma revisão de literatura, a seleção dos textos foi feita com a finalidade de dar suporte aos argumentos pretendidos, escolhendo autores e trabalhos que consideramos relevantes para atingirmos o propósito apresentado.

Assim, foram realizadas pesquisas bibliográficas em dois bancos de dados (*Scielo* e *Pepsic*), realizadas no dia 11 de setembro de 2021 e utilizando os seguintes descritores: “abrigo”, “SAICA”, “cuidador\*”, “mãe social” e “acolhimento”, em combinações diferentes e variando os campos de busca. Dos resultados obtidos, foram selecionados nove artigos científicos. O critério para a escolha foi variedade de temáticas relacionadas à vivência cotidiana em SAICAs, com a priorização de trabalhos de campo no cotidiano ou com entrevistas diretas às trabalhadoras e que tivessem sido publicados durante os últimos 10 anos.

Os artigos escolhidos para discussão foram nove, elencadas a seguir com os respectivos autores e anos de publicação:

Autoria	Título	Ano
Magalhães, Costa e Cavalcante	“Percepção de educadores de abrigo: o seu trabalho e a criança institucionalizada”.	2011
Tinoco e Franco	“O luto em instituições de abrigamento de crianças”.	2011
Cavalcante e Corrêa	“Perfil e trajetória de educadores em instituição de acolhimento infantil”.	2012
Guedes e Scarcelli	“Acolhimento institucional na assistência à infância: o cotidiano em questão”.	2014
Halpern, Moraes e Leite	“Seleção, capacitação e formação da equipe de profissionais dos abrigos: o hiato entre o prescrito e o real”.	2015
Teixeira e Villachan-Lyra	“Sentidos de desacolhimento de mães sociais dos sistemas de casas lares”.	2015
Ferreira e Moreira	“O acolhimento institucional na perspectiva dos trabalhadores dos serviços de proteção: múltiplos sentidos”.	2017
Scopinho e Rossi	“Entre a caridade, a filantropia e os direitos sociais: representações sociais de trabalhadoras do <i>care</i> ”.	2017
Medeiros e Martins	“O estabelecimento de vínculos entre cuidadores e crianças no contexto das instituições de acolhimento: um estudo teórico”.	2018

Quadro 1: Artigos selecionados para análise. (Elaboração própria)

Os artigos foram lidos e fichados. Além deles, foi realizada a leitura do documento *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes* (BRASIL, 2009), elaborado pelos conselhos federais CNAS e CONANDA, e que fornece as bases e princípios dos Serviços de Acolhimento.

A partir das discussões propostas por cada texto, o presente trabalho se propôs a se aprofundar nas questões relativas ao trabalho das educadoras de SAICAs. Os resultados foram organizados de modo que se dividisse as condições materiais de trabalho em um primeiro momento, e, posteriormente, as condições subjetivas dessa atividade. Simultaneamente à apresentação dos resultados, foi realizada discussão deles à luz do campo da Saúde Mental Relacionada ao Trabalho.

## 5. Resultados e Discussão

### 5.1. As condições de trabalho em SAICAs

Antes de nos aprofundar sobre as questões relativas ao trabalho em SAICAs, é importante ter uma noção mais específica sobre as atribuições das trabalhadoras dessas instituições. De acordo com o documento *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes* (BRASIL, 2009), cada serviço de acolhimento possui uma equipe mínima, regulamentada pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (Resolução nº 130, de 2005 do CNAS), que é composta por coordenador, equipe técnica, educador/cuidador e auxiliar de educador/cuidador. A equipe deve ter 1 coordenador; 2 profissionais da equipe técnica para para atendimento de até 20 crianças e adolescentes; 1 educadora responsável por até 10 usuários por turno (quantidade que deve ser aumentada em caso de crianças e adolescentes que demandem atenção específica); bem como 1 auxiliar de educadora para até 10 usuários, por turno. Sobre as atribuições de cada uma dessas categorias, o texto lista as principais atividades desenvolvidas por cada um deles.

A coordenadora é responsável pela:

gestão da entidade; elaboração, em conjunto com a equipe técnica e demais colaboradores, do projeto político-pedagógico do serviço; organização da seleção e contratação de pessoal e supervisão dos trabalhos desenvolvidos; articulação com a rede de serviços; articulação com o Sistema de Garantia de Direitos. (BRASIL, 2009, p. 65)

Já a equipe técnica, que é composta por uma psicóloga e uma assistente social, deve:

realizar o acompanhamento psicossocial dos usuários e suas respectivas famílias, com vistas à reintegração familiar; apoio na seleção, capacitação e acompanhamento dos cuidadores/educadores e demais funcionários; apoio e acompanhamento do trabalho desenvolvido pelos educadores/cuidadores; encaminhamento, discussão e planejamento conjunto com outros atores da rede de serviços e do SGD das intervenções necessárias ao acompanhamento das crianças e adolescentes e suas famílias; organização das informações das crianças e adolescentes e respectivas famílias, na forma de prontuário individual; preparação, da criança / adolescente para o desligamento (em parceria com o (a) cuidador(a)/educadora(a) de referência); mediação, em parceria com o

educador/cuidador de referência, do processo de aproximação e fortalecimento ou construção do vínculo com a família de origem ou adotiva, quando for o caso. (BRASIL, 2009, p. 65-66)

As atribuições dos educadores, descritas, são:

Cuidados básicos com alimentação, higiene e proteção; Organização do ambiente (espaço físico e atividades adequadas ao grau de desenvolvimento de cada criança ou adolescente); Auxílio à criança e ao adolescente para lidar com sua história de vida, fortalecimento da auto-estima e construção da identidade; Organização de fotografias e registros individuais sobre o desenvolvimento de cada criança e/ou adolescente, de modo a preservar sua história de vida; Acompanhamento nos serviços de saúde, escola e outros serviços requeridos no cotidiano - quando se mostrar necessário e pertinente, um profissional de nível superior deverá também participar deste acompanhamento; Apoio na preparação da criança ou adolescente para o desligamento, sendo para tanto orientado e supervisionado por um profissional de nível superior. (BRASIL, 2009, p. 66)

Enquanto os auxiliares de educadores têm apenas duas atividades descritas: “apoio às funções do cuidador; e cuidados com a moradia (organização e limpeza do ambiente e preparação dos alimentos, dentre outros).” (BRASIL, 2009, p. 66-67). Em muitos contextos, os auxiliares de educadores também são referidos como equipe operacional.

Em nossa concepção, embora sejam atribuídas diferentes tarefas e especificidades para cada um, todo esse escopo de trabalhadores faz parte do universo dos serviços de acolhimento e é responsável pelos cuidados e pelo processo educacional das crianças e adolescentes. Assim, optamos por englobar todos - coordenador, equipe técnica, educador/cuidador e equipe operacional - em uma só categoria, a de educadoras. Como o trabalho em SAICAs é um trabalho predominantemente feminino, optamos, ainda, por chamar todas essas pessoas no gênero feminino.

De uma forma geral, as educadoras de SAICAs tem certas exigências no trabalho que podem ser compreendidas em diversas camadas. Uma delas se refere aos cuidados básicos das crianças e adolescentes, como questões relacionadas à alimentação, higiene, sono, saúde, vestimentas, entre outros aspectos de sobrevivência das pessoas que vivem nas casas. Ao mesmo tempo, acaba sendo de responsabilidade dessas trabalhadoras grande parte do processo

educacional desses jovens, seja pela garantia de acesso e permanência em serviços de educação, como escolas e CCAs, ou através de práticas cotidianas, como o apoio no desenvolvimento de autonomia em várias esferas da vida dos jovens, na apropriação das tarefas domésticas da casa, o trabalho com a desacolhida dos jovens que não tem mais idade, entre outras. Essas trabalhadoras, de certa forma, acabam incumbidas de grande parte do desenvolvimento educacional, cognitivo e social desses jovens, através das interações, de brincadeiras e atividades realizadas no dia-a-dia, com a construção de vínculos como principal ferramenta de trabalho.

Dessa forma, são múltiplas as formas com as quais as exigências são colocadas nesse cotidiano de trabalho. Em pesquisa sobre o perfil e a trajetória de educadoras de SAICAs, Cavalcante e Corrêa (2012), ao entrevistar mais de 100 educadoras de instituições de acolhimento, relatam que muitas dessas trabalhadoras acreditam que a rotina de trabalho é cansativa, pois exige uma combinação de esforço físico e afetivo. Segundo as autoras:

O aspecto cansativo do trabalho, que foi apontado por um maior percentual de entrevistadas, remete à imagem do profissional que se movimenta o tempo todo em sua rotina de atividades, na tentativa de dar conta das demandas apresentadas por um grupo nem sempre reduzido de crianças. Em geral, são muitas para carregar no colo, levantar do chão, correr atrás ou mesmo andar em sua companhia. (...) A exigência de as educadoras estarem atentas e se fazerem presentes na maior parte do tempo envolve uma preocupação constante com a segurança da criança, solicitando delas um cuidado especial com a prevenção de acidentes. (CAVALCANTE e CORRÊA, 2012, p. 511)

As autoras apontam que, no relato das educadoras, é possível notar uma postura vigilante no trabalho, ou seja, como o trabalho é organizado a partir do acompanhamento sistemático das necessidades das crianças e dos adolescentes, dentro de suas singularidades. Elas trazem o exemplo do cuidado com bebês acolhidos, em que é fundamental o acompanhamento de todos os seus movimentos. Isso também demonstra a imprevisibilidade do trabalho, pois situações adversas, como brigas ou conflitos de interesses distintos, estão presentes.

Magalhães, Costa e Cavalcante (2011) também mostram como muitas educadoras sentem lacunas no que concerne ao desenvolvimento intelectual e social das crianças acolhidas, uma vez que há dificuldades em realizar um trabalho pedagógico particularizado. Muitas vezes, a intensa

preocupação com os cuidados primários dos jovens se sobrepuja às preocupações com as questões relativas ao processo educacional e de desenvolvimento de autonomia.:

No que tange à oportunidade de satisfação das necessidades essenciais da criança pelo abrigo, a maioria das educadoras considera que o cuidado com a alimentação, sono, higiene e segurança física são suficientemente garantidos pela instituição (90,2%). Entretanto, mais de 70% indicaram a impossibilidade da criança encontrar no abrigo um ambiente capaz de estimulá-la do ponto de vista intelectual. (MAGALHÃES, COSTA e CAVALCANTE, 2011, p. 822-823)

Cavalcante e Corrêa (2012), contam como muitas dessas educadoras trazem essa dimensão da dissociação entre o cuidar e o educar, e se frustram por não dar o devido tempo à tarefas pedagógicas, por conta do foco extremo das tarefas do cuidado:

A principal justificativa para esse sentimento de decepção e frustração está relacionada à ideia inicial de que a função do educador na instituição deveria ser a de educar crianças, mas não exatamente, ou exclusivamente, cuidar delas. Em outras palavras, essas educadoras concebiam educação e cuidado de forma dicotômica e viam as duas funções de modo hierarquizado. (CAVALCANTE e CORRÊA, 2012, p. 508)

Com uma rotina intensa e atarefada, que envolve questões físicas e afetivas, o trabalho em SAICAs pode ser vivenciado pelas educadoras de uma forma desgastante e cansativa quando desprovido de sentido. Além da sobrecarga de funções, muitas educadoras sentem seu trabalho desvalorizado, muito por conta da parte financeira, mas também pelo reconhecimento da profissão.

De acordo com Edith Seligmann-Silva (2011), os trabalhos considerados de cunho *feminino* já pressupõem um processo de desvalorização. Ao enunciar o histórico da divisão sexual do trabalho e suas consequências, ela diz:

Ao lado dessas desvantagens existe aquela que é decorrente da *desvalorização profissional* do trabalho realizado por mulheres quando este parece pertencer à *natureza feminina* e não fruto de preparo através de estudo, capacitação e experiência profissional. Este é o caso de várias profissões que envolvem a prestação de cuidados, o ensinar, o orientar, a escuta, a persuasão e a tranquilização de pessoas. Desse modo surge como natural (*naturalmente* originado) o trabalho de enfermeiras, professoras, assistentes

sociais, telefonistas, cuidadoras de idosos, crianças e outras pessoas dependentes. (SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 321-322)

Assim, o trabalho em SAICAs, uma categoria majoritariamente composta por mulheres, é socialmente desvalorizado, justamente por ser um trabalho que tem como atribuições domésticas, do cuidado e de desenvolvimento sócio-educacional. Além desse processo, Halpern, Leite e Moraes (2015) também denunciam a sobrecarga de trabalho, a defasagem do número de cuidadoras e a questão salarial nos Serviços de Acolhimento.

O desgaste no trabalho pode ser maior considerando as longas jornadas de trabalho nos Serviços de Acolhimento. No documento *Orientações Técnicas* (Brasil, 2009), logo apresenta-se uma questão de gerenciamento, com o objetivo de possibilitar à criança e ao adolescente uma constância e estabilidade na prestação dos cuidados. Assim, o texto afirma que: “*os educadores/cuidadores deverão trabalhar, preferencialmente, em turnos fixos diários, de modo a que o mesmo educador/cuidador desenvolva sempre determinadas tarefas da rotina diária (p.ex: preparar café da manhã, almoço, jantar, dar banho, preparar para a escola, apoiar as tarefas escolares, colocar para dormir, etc.), sendo desaconselhável esquemas de plantão*”. Entretanto, o que se vê na prática nos SAICAs do município de São Paulo são turnos de 12/36 para os educadores, ou seja, as educadoras trabalham sob essas condições por 12 horas seguidas, com uma folga posterior de 36 horas.

No que concerne à complexidade do cotidiano dos serviços de acolhimento institucional, as contradições entre as prescrições legais e das políticas de assistência social e a efetiva prática cotidiana nas casas de acolhimento institucional, aparecem recorrentemente nas narrativas dos trabalhadores. Dejours (2008) afirma que esta prática cotidiana marcada por conhecimentos particulares dispostos nas vivências de trabalho que colocam à prova o conhecimento científico, é denominada *trabalho real*.

Os serviços de acolhimento institucional ficam expostos a uma série de cobranças e fiscalizações de diferentes esferas: do Estado, da comunidade, das universidades e das famílias dos usuários do serviço. Se por um lado isso corresponde ao princípio de controle jurídico e social de um trabalho de alta complexidade, marcado pelo manejo e atravessamento de vivências de violência e violação de direitos da criança e do adolescente; na escuta das trabalhadoras, essas

pressões parecem partir de lugares distantes da realidade do serviço, por vezes desconsiderando elementos do *trabalho real*: surgimento dos conflitos e adversidades comuns de uma casa em que se vivem cerca de 20 crianças e adolescentes; desafios da conciliação das diversas atividades formais da instituição (como lavar, cozinhar, organizar) com o amparo, educação e cuidado dos usuários, que muitas vezes envolve a articulação da rede de políticas públicas do território atravessada também pelos desmontes e precarizações. Como afirma Christophe Dejours:

De fato, a análise do trabalho efetivo mostra que as instalações nem sempre funcionam de maneira satisfatória. Fazer referência ao trabalho é revelar as inúmeras disfunções, panes, incidentes, fenômenos inexplicáveis, acidentes que, justamente, o trabalho compensa e, sobretudo, esforça-se constantemente para prevenir, graças ao zelo dos técnicos — ou seja, ao trabalho que não é dado pelas normas, previsões e prescrições. O trabalho real é vítima de uma negação institucional porque, cada vez que é analisado de perto, revela as deficiências da predição e da concepção das instalações de produção. (DEJOURS, 2008, p. 74).

Por conta disso, é importante mencionar o contexto estrutural em que os SAICAs estão inseridos. Considerando as potencialidades, os limites e as contradições do Sistema Único de Assistência Social, é possível observar que muitas destas questões que estão presentes na estrutura da macro política se manifestam no cotidiano dos serviços que acompanhamos. Uma esfera fundamental da política pública de assistência é o trabalho rede, justamente pelo nível de complexidade do trabalho. A articulação tanto com outros equipamentos da assistência quanto com outras esferas, como o Sistema Único de Saúde e a Rede Pública de Educação, está prescrita e se faz necessária. Entretanto, por diversas vezes, foram relatados a falta de articulação e apoio dessa rede de serviços.

Um dos aspectos que mais se destaca para explicar este problema é o profundo processo de desmonte e sucateamento que as políticas públicas brasileiras vêm sofrendo no século XXI. A defasagem do número de trabalhadores em relação ao ideal, a precariedade das infraestruturas dos serviços, a insegurança salarial, faz com que os serviços tanto do SUAS quanto do SUS trabalhem no seu limite, com equipes mínimas, sendo exigidas cada vez mais devido à crescente desigualdade e vulnerabilidade social que também ocorre nos últimos anos. Esse sucateamento do serviço, expresso especialmente nas políticas de assistência social, que têm sua verba muito

reduzida se comparada a saúde e educação, contribui com a precarização do trabalho, afetando a saúde de todos os trabalhadores do serviço. É exigido que a equipe se desdobre para atingir as metas, muitas vezes sobrecarregando o corpo de trabalhadoras dos serviços.

Vale salientar que muitos dos SAICAs são geridos de forma indireta, por Organizações da Sociedade Civil (OSCs). Com verba pública, ONGs e empresas gerenciam muitos desses equipamentos, especialmente na cidade de São Paulo. Elas estão referenciadas pelo MROSC e são amparadas pelos CRAS e CREAS da região onde se localizam. A questão é que muitas delas têm um cunho religioso, o que pode contribuir por um olhar caritativo ou filantrópico, muito presentes de forma perversa na história do abrigo do Brasil. Esse processo pode contribuir para que as crianças e adolescentes abrigados não sejam tratados sob o prisma de sujeitos de direito e da laicidade previstos no ECA. É o que dizem Ferreira e Moreira (2017):

Ao iniciarem a prestação de serviços, no âmbito do acolhimento institucional, as entidades nem sempre têm a expertise demandada pelo contexto no qual buscam se inserir. Sem uma capacitação prévia, as ações de atendimento construídas ainda são, muitas vezes, guiadas pelas práticas assistencialistas de atenção aos pobres vigentes no Brasil até a promulgação do ECA. (FERREIRA e MOREIRA, 2017, p. 264)

Além disso, com a gestão desses serviços via OSCs, as educadoras não são contratadas mediante concurso público. Desse modo, as formas de contratação e de desligamento das funcionárias ficam à rigor de cada instituição. Nos SAICAs, a estabilidade no emprego permite a redução da rotatividade dos trabalhadores, fator que cria condições mais propícias para um trabalho com vínculos, de atenção territorial e de planejamento estratégico.

Todo esse cenário é um dos principais fatores que pode explicar a alta rotatividade de educadores dentro do SAICA. Sendo um trabalho já muito difícil e demandante por si só, além de tudo as educadoras enfrentam toda essa precarização com baixa remuneração. Essa rotatividade afeta diretamente as crianças e adolescentes acolhidos pelo serviço, e prejudica a construção de vínculos com as educadoras. Segundo os trabalhadores, isso se justificaria devido às altas demandas, o pouco reconhecimento, os baixos salários e os adoecimentos relacionados à natureza do trabalho. Os afastamentos por motivos de saúde ou pela busca de melhores condições de trabalho e renda levam a novas contratações, imbuídas de uma urgência em responder às demandas institucionais que muitas vezes atropelam o processo de compreensão da

instituição por parte do trabalhador bem como dos afetos mobilizados no exercício dessa atividade, perpetuando o ciclo de evasão do trabalho.

## **5.2. A Dimensão Afetiva e as exigências subjetivas no trabalho**

Com relação à dimensão subjetiva e afetiva desse trabalho, é importante apontar que as educadoras têm como principal ferramenta de trabalho a construção de vínculos. Ele é fundamental para que o trabalho seja realizado, uma vez que as crianças e adolescentes que estão em SAICAs, necessariamente, passaram por algum processo de separação, abandono, violência ou negligência. Tinoco e Franco (2011) já nos diziam:

A vivência da criança que é institucionalizada em uma casa abrigo normalmente envolve, além do afastamento de sua família e de sua casa, o afastamento de tudo o que lhe era conhecido: brinquedos, comidas, aromas, hábitos, contato com vizinhos e comunidade, escola, colegas, lugares conhecidos que frequentava. Trata-se, portanto, de uma experiência de múltiplos rompimentos, que requer a elaboração de múltiplos lutos. (TINOCO e FRANCO, 2011, p. 429)

As autoras apontam que a chegada a um SAICA envolve a perda de vínculos das mais variadas formas, o que envolve processos de enlutamento. Nesse sentido, é norteador para as educadoras de SAICAs oferecer acolhimento e a possibilidade de lidar com os lutos, para que os jovens consigam se adaptar à nova realidade, mesmo que provisoriamente, e criar novos vínculos - com as demais crianças e adolescentes, com os trabalhadores, ou demais membros da comunidade.

Ao mesmo tempo, muitas dessas histórias e situações podem ser de natureza difícil de serem elaboradas pelas próprias trabalhadoras. É o que contam Ferreira e Moreira (2017):

as histórias que chegam às casas de acolhimento, os motivos que justificaram a aplicação da medida podem, também, revelar conteúdos indigestos para as equipes das unidades, como os casos de abuso sexual e de maus-tratos sofridos pelas crianças, especialmente em seus primeiros anos de vida. (FERREIRA e MOREIRA, 2017, p. 265)

Esse ponto específico pode abrir brechas para um ponto delicado, que é a culpabilização das famílias por parte dos trabalhadores. O objetivo principal do SAICA é de um acolhimento provisório e excepcional, que vise um processo de reintegração familiar.

Em muitos casos, como nos de agressão, maus tratos e negligência, fica complicado manter, inicialmente, um vínculo entre a criança e seus responsáveis, que, nesses casos, figuram também como agressores. Cabe às casas de acolhimento, em especial àquelas que funcionam no modelo Casa Lar, suprir temporariamente as funções próprias da família, quais sejam: abrigo, proteção, cuidado, diálogo, controle, educação, saúde, etc. Como podemos perceber, a pretensão é que haja uma complementaridade circunstancial, nunca uma substituição permanente da família pela instituição. (TEIXEIRA e VILLACHAN-LYRA, 2015, p. 206)

Um dos maiores desafios dos Serviços de Acolhimento é justamente trabalhar, de forma simultânea, com as crianças e adolescentes dentro dos SAICAs, quanto com as respectivas famílias, dando amparo e suporte para que essas possam novamente ficar responsáveis pelos cuidados de seus filhos. A questão é que, muitas vezes, as educadoras atribuem uma imagem negativa a essas famílias. Em certas ocasiões, o retorno dos acolhidos a essas famílias, por diversos motivos, não é algo desejável, o que dificulta o processo de reintegração familiar. Teixeira e Villachan-Lyra (2015) apontam uma das modalidades de desqualificação das famílias de origem por parte das educadoras:

Vale ressaltar que, das formas mais comuns de desligamento relatadas pelas mães sociais – o retorno à família de origem ou extensa e a adoção – esta última é geralmente significada como qualitativamente superior. Os motivos que levam à percepção de tal distinção são os mesmos que construíram a noção das famílias de origem como “empecilhos” na vida das crianças: os pretendentes à adoção normalmente possuem condições financeiras mais favoráveis, bem como apresentam discursos desejosos e repletos de afeto por aquelas crianças. (TEIXEIRA e VILLACHAN-LYRA, 2015, p. 208)

Esse processo é perverso, pois, de certa forma, pode contribuir com o processo de institucionalização das crianças e adolescentes, justamente, por não promover o trabalho com as famílias de origem. Em um serviço pensado para a curta permanência, a institucionalização

desses jovens representa um retrocesso nos modelos de assistência a crianças e adolescentes e a medida protetiva de acolhimento, que é excepcional, passa a ser naturalizada.

Halpern, Leite e Moraes (2015), no artigo *Seleção, Capacitação e Formação da equipe de profissionais de abrigos: o hiato entre o prescrito e o real*, relatam como algumas das cuidadoras não tinham completa ciência de suas atribuições nos Serviços de Acolhimento. As autoras mostram como muitas das trabalhadoras desconheciam as diretrizes do SUAS, do ECA e do PNCFC, e que não passaram por um processo de capacitação inicial. Elas relatam que o processo de contratação, muitas vezes, é feito por indicações, sem levar em conta experiências prévias e preparo desses profissionais, bem como seus interesses pessoais pela temática do trabalho ou sua área de formação. As pesquisadoras contam que, de maneira geral, a capacitação acaba ocorrendo na prática cotidiana, o que gera riscos das novas trabalhadoras absorverem as lógicas institucionais vigentes.

Considerando o histórico de acolhimento no Brasil e a presença vivaz das lógicas caritativas e filantrópicas, torna-se um problema a ausência de estratégias mais efetivas de formação dessas profissionais. Esses espaços são importantes, uma vez que são recorrentes as dúvidas acerca do grande objetivo dos SAICAs por parte das educadoras. Muitas delas têm concepções distintas acerca do real sentido desse trabalho: deve-se incentivar o desacolhimento, o retorno à família de origem, a manutenção do jovem no SAICA ou adoção à família substituta?

O documento com as orientações é bastante claro em relação ao papel das educadoras no fortalecimento de laços familiares e a sua importância para o êxito do processo de reintegração familiar ou, em casos excepcionais, para o encaminhamento para família substituta. Para que o profissional cumpra bem o seu papel, ele deve:

vincular-se afetivamente às crianças/adolescentes atendidos e contribuir para a construção de um ambiente familiar, evitando, porém, ‘apossar-se’ da criança ou do adolescente, competir ou desvalorizar a família de origem ou substituta (BRASIL, 2009, p. 13).

Entretanto, é possível observar nesse trecho a complexidade da questão envolvida, uma vez que as educadoras devem proporcionar um "ambiente familiar", mas não devem substituir a família desses jovens. Medeiros e Martins (2018) questionam esse processo:

até que ponto seria saudável para o desenvolvimento desses sujeitos a tentativa de criação de um espaço familiar ideal dentro da instituição de acolhimento, ao invés de se trabalhar a organização, inclusive afetiva, daquele espaço como diferenciado do espaço familiar, mas que cumpre as funções de cuidado e atenção necessários no período de permanência dos sujeitos acolhidos. (MEDEIROS e MARTINS, 2018, p. 83)

Muitas vezes, há a expectativa que as profissionais consigam não só garantir direitos da criança e do adolescente, mas por vezes necessidades e lógicas próprias ao *modelo* tradicional de família. Dessa forma, espera-se que as trabalhadoras dessas instituições consigam mais destas crianças do que se consegue de crianças de famílias dadas como modelo. Nesse sentido, as faltas marcadas na história singular de crianças e adolescentes, por vezes são lidas como falhas das trabalhadoras e da instituição na garantia dos direitos previstos.

Esse fenômeno traz inúmeros efeitos a essas trabalhadoras, principalmente no âmbito de sua identidade profissional. Uma das dificuldades enfrentadas pelas trabalhadoras está na movimentação diária de constituírem a si mesmas como profissionais. Segundo Teixeira e Villachan-Lyra (2015), é comum a confusão de papéis sociais nesse trabalho:

Foi recorrente a verbalização de um sentimento materno pelas mães sociais em relação às crianças institucionalizadas. Existiu também uma alternância de elas se colocarem como mãe dos meninos ou como profissional dedicada ao trabalho de cuidar. Essa variação de papéis, segundo o relato colhido, também é percebida e vivenciada pelos acolhidos, que ora as tratam como “mãe” (inclusive chamando-as assim), ora as encaram como mais uma funcionária da instituição. (TEIXEIRA e VILLACHAN-LYRA, 2015, p. 206)

Segundo os autores, é um processo de extrema dificuldade construir, de forma crítica, os limites entre suas tarefas educacionais e as vivências de um vínculo peculiar. Não é raro que uma educadora se responsabilize subjetivamente pelos acolhidos.

Medeiros e Martins (2018) também relataram como existe essa alternância de papéis, ora como “mãe”, responsável pelo processo educacional amplo, ora como profissional de cuidado:

podemos perceber a complexidade que perpassa o trabalho dessas mulheres, cujas atividades prezam pelo desenvolvimento de relações afetivas – sendo-lhe atribuídas funções de cuidado com outros sujeitos – mas, ao mesmo tempo, são atividades próprias

da sua condição de trabalho, que exigem delas profissionalismo e um fazer técnico. (MEDEIROS e MARTINS, 2018, p. 81)

Cabe destacar que o termo “mãe-social” ou “pai-social” já foi oficialmente utilizado para referir-se a essas profissionais. Entretanto, segundo as *Orientações Técnicas* (Brasil, 2009), o nome da profissão foi substituído por educador(a) ou cuidador(a) residente, justamente como uma tentativa de evitar essa confusão de papéis. Por vezes, essas trabalhadoras também são chamadas pelas crianças e adolescentes como “tias”, termo que, por vias diferentes, também remete a um papel familiar.

Para acrescentar essa discussão, Cavalcante e Corrêa (2012) apontam que um percentual significativo dessas trabalhadoras possui filhos - das 102 educadoras entrevistadas na pesquisa, 54,91% eram mães. As autoras apontam que, por um lado, a experiência de cuidado com os próprios filhos pode representar uma qualidade significativa para exercer o trabalho nos serviços de acolhimento. Entretanto, por outro lado:

presume-se que, enquanto a educadora zela pela segurança e acompanha o crescimento de crianças que lhes foram confiadas como parte de sua atividade profissional, provavelmente a sua prole está sendo cuidada por terceiros (avós, babás, vizinhos, por exemplo), fato esse que pode se constituir em uma fonte de angústia, temores e sentimento de frustração comumente associados, na literatura, à experiência de separação mãe/filho. (CAVALCANTE e CORRÊA, 2012, p. 504)

Assim, as autoras apontam as dificuldades da maternagem relacionada a esse trabalho. Nesse caso, é importante retomar o conceito de *trabalho feminino* e como as questões relativas às representações de gênero acabam por colocar as mulheres como as maiores responsáveis pelas obrigações domésticas, principalmente em termos de cuidados com a família. O trabalho afetivo, de gestão emocional e com o cuidado não são socialmente reconhecidos enquanto trabalho. É o que diz Edith Seligmann-Silva (2011):

A ocorrência da *dupla jornada de trabalho dentro da própria casa*, onde as atividades femininas se dividem entre o trabalho remunerado e o trabalho doméstico, configura uma situação que, ao exigir constante divisão de atenção entre demandas de diferente natureza, condiciona constante necessidade de controle emocional e, conseqüentemente,

elevada tensão emocional. Além de, em geral, o duplo desempenho também acarretar sobrecarga física. (SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 322)

Essa complexidade do trabalho feminino se agrava quando as mulheres são exigidas cada vez mais por qualificação no trabalho. Muitas vezes, essas trabalhadoras realizam cursos de formação e capacitação simultaneamente às demais atividades, configurando assim uma tripla jornada de trabalho - a realização das atividades profissionais, familiares e de estudos.

De qualquer forma, para essas mães, a proximidade das atribuições do trabalho profissional com o trabalho familiar é algo que merece atenção, principalmente no que concerne a construção dos vínculos com as crianças e adolescentes acolhidos.

Sobre a aproximação das educadoras com os acolhidos, Halpern, Leite e Moraes (2015) apontam como o vínculo construído dentro dos serviços de acolhimento é algo que deve ser trabalhado.

As experiências nos abrigos podem provocar a eclosão de sensações e desejos nos educadores, movidos mais pela emoção do que pela razão. Embora nem sempre seja fácil demarcar uma fronteira entre as experiências da vida privada e profissional, é preciso que eles sejam auxiliados a ter um distanciamento mínimo na relação com os jovens para suportar as angústias e frustrações naturais que emergem desse relacionamento. (HALPERN, LEITE e MORAES, 2015, p. 103)

Os afetos envolvidos no trabalho devem prever as situações de desligamento e desacolhida. Medeiros e Martins (2018) apontam para os possíveis efeitos da ausência de suporte profissional para lidar com as rupturas e os deligamentos dos jovens, que esses processos podem potencializar, nas cuidadoras, “sentimentos de abandono, despreparo, desmotivação, falta de capacitação para o trabalho, e também sofrimento psíquico ante as condições reais de atuação”. (p. 82). Segundo os autores:

Ficam aqui questionamentos acerca da complexidade do trabalho dos cuidadores residentes, acerca dos paradoxos que permeiam as vivências desses profissionais, para quem o envolvimento afetivo passa a ser uma atribuição de seu trabalho. Sobre as rupturas afetivas vivenciadas no espaço de acolhimento, o foco das discussões deve se dar em torno de como o sujeito e as pessoas com as quais ele convive significam a

situação, e das vivências posteriores às rupturas afetivas diante das possibilidades de ressignificação dos eventos vividos. (MEDEIROS e MARTINS, 2018, p. 84-85)

É latente apontar para os entreveros e os efeitos que a ausência ou a intensidade dos vínculos nos Serviços de Acolhimento podem trazer às educadoras. Com a constância e a difusão de discursos que valorizam a lógica caritativa e filantrópica, o trabalho em SAICAs muitas vezes é carregado de valores, lições de moral e boas condutas, ainda mais porque muitas OSCs que fazem a gestão desses serviços possuem inclinações religiosas. Assim, não é raro que alguma educadora tenha como eixo norteador de seu trabalho uma “missão” ou a “salvação” de alguns acolhidos, se responsabilizando afetivamente por seus cuidados.

Seligmann-Silva (2011) discorre sobre a existência de mecanismos organizacionais que utilizam-se de transposições do modelo familiar em uma tentativa de aumentar o engajamento e a produtividade no trabalho. A veiculação de certas ideias que se aproximam das ideias de família são utilizadas como artimanhas para aumentar certos graus de exigências dos trabalhadores. Frases como “essa empresa é uma mãe” pressupõem a necessidade de maior dedicação e compromisso. Esses processos podem criar dívidas simbólicas e abrir brechas para situações de assédio moral ou sobrecarga de trabalho.

Dentro da “lógica da salvação”, muitas vezes essa dívida simbólica vem sob a forma de auto-cobrança perante o trabalho. Algumas educadoras colocam-se sob responsabilidade integral de certos jovens para tentar resolver seus problemas. Entretanto, com as condições de trabalho, a complexidade dos serviços de acolhimento e as limitações da materialidade, essas expectativas podem facilmente ser frustradas.

Segundo Medeiros e Martins (2018), com a:

Ambiguidade vivida acerca das atribuições e das expectativas das crianças, da instituição de trabalho e do Estado, aumenta-se a possibilidade de desenvolverem a síndrome de burnout, com desgaste psíquico, atitudes e comportamentos negativos, e sentimento de culpa. (MEDEIROS e MARTINS, 2018, p. 81)

Seligmann-Silva (2011) comentou sobre que os trabalhadores que costumam desenvolver o *burn-out* (a Síndrome do Esgotamento Profissional) geralmente realizam atividades que envolvem a responsabilidade perante outras pessoas. A autora aponta que esse quadro, em geral,

é acompanhado de um impedimento no trabalho que gera certa perda de sentido na realização das atividades, que antes eram vistas como uma missão. Segundo a autora, esse quadro se apresenta como:

Uma exaustão que eclode de modo aparentemente brusco, sob forma de uma crise. (...) O fenômeno central da manifestação de esgotamento e exaustão é acompanhado por uma segunda manifestação, característica dessa síndrome: uma aguda reação emocional negativa, de rejeição, ao que antes, no trabalho, era objeto de dedicação e cuidado. (...) Instala-se o desinteresse pelo trabalho, tudo o que anteriormente “movia a alma” passa a ser indiferente ou irritante, sobrevém dificuldade de concentração nas atividades e queda de desempenho. (SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 525)

Segundo a autora, esse é um processo de esvaziamento subjetivo, muitas vezes acompanhado por um sentimento de culpa e impotência. Nesse sentido, revela-se fundamental um pleno conhecimento sobre as devidas atribuições no trabalho e a importância de respeitar os próprios limites no trabalho, para que ele não se torne um trabalho penoso.

Segundo a psicóloga social e professora Leny Sato (1991), em seu estudo sobre motoristas de ônibus da cidade de São Paulo, podem ser classificados como penosos os trabalhos que exigem esforços físicos e mentais capazes de causar desgastes e/ou sofrimento ao indivíduo, podendo ser fontes de problemas de saúde posteriores. Um trabalho é penoso quando não se respeita o próprio limite subjetivo. Uma vez que uma das marcas do trabalho em SAICAs é o “atropelamento de demandas”, pode ser frequente o não reconhecimento do próprio limite ou do limite dos colegas de trabalho. Nesse sentido, é fundamental que haja um espaço de trocas em equipe para reconhecer não só as situações-limite de cada um, mas também as habilidades e potencialidades de cada membro desse grupo.

É importante ter como base que os sentidos do trabalho e os laços construídos nos SAICAs - seja com os acolhidos, com as demais trabalhadoras ou com a rede de equipamentos do território - são da ordem de uma construção que leva tempo e que parece ser importante no cuidado das demandas institucionais. Deveria ser uma transição entrar no serviço e entender seu funcionamento, mas muitas vezes esse tempo não é respeitado. Halpern, Moraes e Leite (2015) apontam como a sequência das demandas cotidianas geram poucos espaços de articulação, formação continuada e cuidado com as trabalhadoras. As autoras apontam, ainda, a baixa

quantidade de reuniões entre a equipe de trabalhadoras, uma vez que a rotina as suprime, e muitas educadoras sentem falta delas.

Com efeito, o cuidador acaba contando com seus recursos pessoais para desempenhar o seu trabalho. É possível imaginar o esforço para dar conta da tarefa, ainda mais considerando a complexidade do público assistido e a precariedade da rede de assistência. (HALPERN, MORAES e LEITE, 2015, p.102)

Elas ainda apontam:

Com o tempo, a motivação maior tornou-se a solidariedade perante a causa do acolhimento. Tal experiência de ordem mais humanitária parece acentuar o envolvimento pessoal dos educadores com os jovens. Consequentemente, as fronteiras entre as realidades pessoal e profissional tendem a se afrouxar. Em geral, os cuidadores não parecem preparados para manejar as emoções despertadas com o contato estreito com os dramas dos jovens, ainda mais sem uma formação adequada e supervisão competente. Muitos tendem a compensar a ausência de capacitação com seus atributos pessoais. (HALPERN, MORAES e LEITE, 2015, p.104)

De certa forma, a ausência ou a baixa frequência de momentos institucionais compartilhados entre a equipe de educadoras dentro dos serviços de acolhimento pode trazer efeitos para o modo como essas trabalhadoras vivenciam o cotidiano dos SAICAs. Se, por um lado, as educadoras acabam lidando de seus próprios modos com as adversidades do dia-a-dia no trabalho de forma astuciosa e criativa, por outro esse processo pode ser desgastante e solitário. É fundamental afirmar a importância do trabalho coletivo, em parceria com a equipe, contando com o apoio dos demais, tendo uma comunicação efetiva que possibilite o entrosamento do grupo, reconhecendo os limites - próprios e das outras trabalhadoras - para que haja um mínimo alinhamento do grupo. A dimensão coletiva do cuidado e da autonomia que permite, de certo modo, a construção dos sentidos no trabalho e da liberdade profissional.

## 6. Considerações Finais

Este trabalho soma-se às iniciativas que têm buscado conhecer e reconhecer os desafios do trabalho com cuidado institucional. Essa pesquisa pode contribuir para aprofundar a discussão sobre o trabalho de educadoras nos SAICAs e, de certa forma, para se pensar na estruturação do SAICA com um todo.

As contradições do Trabalho em SAICAs aqui apresentadas mostram como o trabalho das educadoras é carregado por muitas determinações, que tem resquícios da história brasileira de institucionalização de crianças abandonadas, que é reflexo da desigualdade racial e social estruturantes do Brasil. Foi possível observar como certos comportamentos institucionalizados das educadoras como produto dessa contradição na qual, ao mesmo tempo que buscam assegurar os direitos das crianças e dos adolescentes do SAICA (princípio fundamental do serviço), buscam também “salvá-los”, mostrando também um certo assujeitamento por parte dos educadores. A lógica assistencialista é muito presente nos discursos e práticas da sociedade e há um grande campo de disputa entre os modelos caritativo e filantrópico com o modelo de seguridade social e garantia de direitos. Será necessário um esforço contínuo na direção do rompimento com as lógicas seculares e naturalizantes de institucionalização das crianças em situação de acolhimento, para que se afirme a excepcionalidade e provisoriedade dessa medida.

Ao mesmo tempo, foi possível compreender que o trabalho das educadoras lhes exige muito física e afetivamente. Com essa investigação, houve uma reflexão sobre a identidade profissional das cuidadoras e a importância de analisar o próprio processo de construção de vínculos dentro do trabalho. A revisão bibliográfica possibilitou acompanhar o grande desamparo dessas profissionais no que concerne às dificuldades de lidar com o papel de figura de referência aos jovens acolhidos. Compreender os processos de sofrimento no trabalho foram importantes para reconhecer as implicações subjetivas na relação com a instituição e com os acolhidos. Por outro lado, é também o âmbito afetivo que possibilita o reconhecimento do que elas realizam nos SAICAs.

Fica nítida as discrepâncias entre o trabalho prescrito e o trabalho real e como isso atravessa as educadoras. As recomendações presentes no documento *Orientações Técnicas*

(BRASIL, 2009), que contém todas as diretrizes dos Serviços de Acolhimento, deveriam estar mais próximas da realidade dos SAICAs. É o que dizem Halpern, Leite e Moraes (2015):

As recomendações prescritas deveriam ser mais do que uma letra estática; seus conteúdos precisariam ser transformados em palavras vivas, aplicadas e discutidas dinamicamente, transportando-as das páginas impassíveis dos livros para o calor da vida, emergindo do debate e da interlocução entre os atores envolvidos. Por mais que as orientações contidas no manual aqui citado sejam precisas e válidas, se elas não saírem do papel, nenhum avanço substancial ocorrerá. (HALPERN, MORAES E LEITE, 2015, p. 105-106)

Considerando a discussão apresentada, é latente a necessidade da articulação de espaços de formação e cuidado com as educadoras. São nítidos os efeitos da complexidade e dos desgastes no trabalho em Serviços de Acolhimento, mas também são potentes as formas de trabalhar quando estão presentes a coletividade e o sentido do trabalho.

Por fim, vale mencionar que em nenhum dos trabalhos lidos se pautou as determinações e os efeitos de questões raciais nos Serviços de Acolhimento. Considerando a historicidade brasileira sobre acolhimento institucional, o racismo estruturante no Brasil e os índices de jovens negros em situação de acolhimento, seria importante a realização de outras pesquisas que consigam abordar os efeitos do racismo estrutural e institucional para essas educadoras e o papel delas no enfrentamento das desigualdades raciais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. “Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.” Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

BRASIL. “Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária - PNCFC”. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006.

BRASIL. “Orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes”. Brasília-DF: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente/Conselho Nacional de Assistência Social), 2009.

CARVALHO, Cintia Favero et al. “Acolhimento institucional: considerações sobre a forma como o cuidado subjetivo se apresenta no cotidiano de trabalho dos educadores sociais”. *Aletheia*, Canoas, n. 47-48, p. 51-63, dez. 2015

CAVALCANTE, Lília Iêda Chaves; CORRÊA, Laiane da Silva. “Perfil e trajetória de educadores em instituição de acolhimento infantil”. *Cadernos de pesquisa*, 42, 494-517, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. “Saúde do trabalhador no âmbito da saúde pública: referências para atuação da(o) psicóloga(o)”. Conselho Federal de Psicologia. - 2. ed. - Brasília : CFP, 2019.

DEJOURS, Cristophe. *Trabalho, tecnologia e organização*. São Paulo: Editora Blucher, 2008.

EURICO, Márcia Campo. *Preta, preta, pretinha: o racismo institucional no cotidiano de crianças e adolescentes negras(os) acolhidos(as)*. Tese (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, [S. l.], 2018.

FERREIRA, Júnia Aparecida; MOREIRA, Maria Ignez Costa. “O acolhimento institucional na perspectiva dos trabalhadores dos serviços de proteção: múltiplos sentidos”. *Psicologia em Revista*, 23(1), 256-273, 2017.

GUEDES, Carina Ferreira; SCARCELLI, Ianni Regina. “Acolhimento institucional na assistência à infância: o cotidiano em questão”. *Psicologia & Sociedade*, 26, 58-67, 2014.

HALPERN, Elizabeth Espindola; LEITE, Ligia Marica Costa; MORAES, Mayara Cristina Muniz Bastos. “Seleção, capacitação e formação da equipe de profissionais dos abrigos: o hiato entre o prescrito e o real”. *Trabalho, Educação e Saúde*, 13, 91-113, 2015.

JACQUES, Maria da Graça. “Abordagens teórico-metodológicas em saúde/doença mental & trabalho”. *Psicologia & Sociedade*, 15(1), 97-116, 2003.

MAGALHÃES, Celina Marina Colino; COSTA, Lígia Negrão; CAVALCANTE, Lídia Iêda Chaves. “Percepção de educadores de abrigo: o seu trabalho e a criança institucionalizada.” *Journal of Human Growth and Development*, 21(3), 818-831, 2011.

MEDEIROS, Blenda Carine Dantas de; MARTINS, João Batista. “O estabelecimento de vínculos entre cuidadores e crianças no contexto das instituições de acolhimento: um estudo teórico”. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38, 74-87, 2018.

MINAYO-GOMEZ, Carlos; THEDIM-COSTA, Sônia Maria da Fonseca. “A construção do campo da saúde do trabalhador”. *Cad. Saúde Públ.*, Rio de Janeiro, 13 (supl. 2), 21-32, 1997.

OLIVEIRA, Fábio de. “Perspectivas psicossociais para o estudo do cotidiano de trabalho.” *Psicologia USP*, v.25(1), 41-50, 2014.

PAPARELLI, Renata; SATO, Leny; OLIVEIRA, Fábio de. “A saúde mental relacionada ao trabalho e os desafios aos profissionais da saúde”. *Rev. bras. saúde ocup.*, São Paulo, 36(123), 118-127, 2011.

PEREIRA, Fernanda. “*O cotidiano dos trabalhadores de uma casa de passagem*”. Tese (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade do Vale do Itajaí, [S. l.], 2008.

ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde; SERRANO, Solange Aparecida; DE ALMEIDA, Ivy Gonçalves. “*O acolhimento Institucional na perspectiva da criança*”. [S. l.: s. n.], 2011.

SANTOS, Ana Maria Augusta dos. “Acolhimento institucional de crianças e adolescentes: mudanças na história brasileira”. *Simpósio de assistentes sociais*, 3., Belo Horizonte, MG. Anais... Belo Horizonte: CRESS 6ª Região, 2013

SATO, Leny. *Abordagem psicossocial do trabalho penoso: estudo de caso de motoristas de ônibus urbano*. 1991. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida; ROSSI, Anadélia. “Entre a caridade, a filantropia e os direitos sociais: representações sociais de trabalhadoras do care”. *Estudos de Psicologia*, Campinas, 34, 75-85, 2017.

SELIGMANN-SILVA, Edith. *Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo*. São Paulo: Cortez, 624 p., 2011.

TEIXEIRA, Paulo André Sousa; VILLACHAN-LYRA, Pompéia. “Sentidos de desacolhimento de mães sociais dos sistemas de casas lares”. *Psicologia & Sociedade*, 27, 199-210, 2015.

TINOCO, Valéria; FRANCO, Maria Helena Pereira. “O luto em instituições de abrigamento de crianças”. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 28, 427-434, 2011.